

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

**ANO DE
2021**

DENOMINAÇÃO: SOCIALIS – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL


MORADA: Travessa Dr. Carlos Felgueiras, 31 – r/c Dto

LOCALIDADE: Maia

FREGUESIA: Maia

CONCELHO: Maia

CODIGO POSTAL: 4470-158



(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Maia, _____

Maia, _____

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-21	31-dez-20
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	34 393,25	12 840,87
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.2	4 129,48	3 140,88
		38 522,73	15 981,75
Ativo corrente			
Inventários	6	764,22	253,31
Créditos a receber	12.1	0,00	105,70
Estado e outros entes públicos	12.9	168,51	27,04
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/mem	12.3	5 536,00	5 706,00
Diferimentos	12.5	1 414,46	807,68
Outros ativos correntes	12.4	199 178,00	144 867,83
Caixa e depósitos bancários	12.6	32 296,27	92 421,62
		239 357,46	244 189,18
Total do ativo		277 880,19	260 170,93
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.7	19 382,13	19 382,13
Resultados transitados	12.7	-77 769,63	-47 266,10
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.7	21 793,28	26 395,45
		-36 594,22	-1 488,52
Resultado líquido do período		-29 640,46	-25 875,43
Total dos fundos patrimoniais		-66 234,68	-27 363,95
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	8 758,72	0,00
		8 758,72	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12.8	810,51	4 109,38
Estado e outros entes públicos	12.9	7 035,63	16 621,61
Financiamentos obtidos	6	0,00	24 839,43
Diferimentos	12.5	230 214,91	162 037,18
Outros passivos correntes	12.10	97 295,10	79 927,28
		335 356,15	287 534,88
Total do passivo		344 114,87	287 534,88
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		277 880,19	260 170,93

A Direção

O Contabilista Certificado

SOCIALIS - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte 510971253

Moeda: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 021	2 020
Vendas e serviços prestados	8	22 878,25	27 987,23
Subsídios, doações e legados à exploração	9 / 12.11	321 987,48	275 853,64
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-29 398,00	-22 820,01
Fornecimentos e serviços externos	12.12	-59 767,58	-58 858,30
Gastos com o pessoal	10	-285 910,35	-251 482,13
Aumentos / reduções de justo valor	12.13	22,28	0,00
Outros rendimentos	12.14	116 074,67	88 133,76
Outros gastos	12.15	-108 268,91	-81 761,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-22 382,16	-22 947,52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-7 058,93	-2 927,86
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-29 441,09	-25 875,38
Juros e gastos similares suportados	12.16	-199,37	-0,05
Resultados antes de impostos		-29 640,46	-25 875,43
Resultado líquido do período		-29 640,46	-25 875,43

A Direção

O Contabilista Certificado

SOCIALIS - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		23 995,73	26 713,97
Pagamentos a fornecedores		-37 103,06	-55 546,86
Pagamentos ao pessoal		-218 404,70	-183 628,34
Caixa gerada pelas operações		-231 512,03	-212 461,23
Outros recebimentos/pagamentos		203 014,15	270 371,91
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-28 497,88	57 910,68
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-28 158,07	-500,00
Investimentos financeiros		-894,15	-857,42
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		5 000,00	0,00
Subsídios ao investimento		379,99	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-23 672,23	-1 357,42
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		27 089,15	0,00
Doações		8 324,84	7 012,56
Outras operações de financiamentos		49 678,86	49 678,86
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-18 330,43	0,00
Juros e gastos similares		-199,37	0,00
Outras operações de financiamentos		-74 518,29	-24 839,48
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-7 955,24	31 851,94
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-60 125,35	88 405,20
Caixa e seus equivalentes no início do período		92 421,62	4 016,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.6	32 296,27	92 421,62

A Direção

O Contabilista Certificado

Entidade: SOCIALIS - ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE SOCIAL
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 510971253

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	CATL	Centro Apoio à Vida	Mediadores Municipais	FAMI/577	FAMI/643	FAMI/741	GIP Migrante	PERÍODOS	
									2021	2020
Vendas e serviços prestados		22 618,25	260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 878,25	27 987,23
Custo das vendas e dos serviços prestados		-117 435,41	-131 821,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-249 257,36	-236 712,98
Resultado Bruto		-94 817,16	-131 561,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-226 379,11	-208 725,75
Outros Rendimentos		145 299,09	221 701,46	18 091,03	27 040,22	13 916,18	6 876,22	5 160,23	438 084,43	363 987,40
Gastos administrativos		-43 562,20	-16 165,74	-18 091,03	-28 463,38	-14 664,40	-6 876,22	-5 160,23	-132 983,20	-105 958,32
Outros Gastos		-54 059,35	-54 103,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-108 163,21	-75 178,71
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		-47 139,62	19 869,91	0,00	-1 423,16	-748,22	0,00	0,00	-29 441,09	-25 875,38
Gastos de financiamento (líquidos)		-195,55	-3,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-199,37	-0,05
Resultado antes de impostos		-47 335,17	19 866,09	0,00	-1 423,16	-748,22	0,00	0,00	-29 640,46	-25 875,43
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-47 335,17	19 866,09	0,00	-1 423,16	-748,22	0,00	0,00	-29 640,46	-25 875,43

A Direção

O Contabilista Certificado

SOCIALIS
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Anexo às Demonstrações Financeiras

2021

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros..	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	8
5	Ativos Intangíveis	9
6	Custos de empréstimos obtidos	9
7	Inventários	10
8	Rédito	10
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	10
10	Benefícios dos empregados.....	11
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
12	Outras Informações	12
12.1	Créditos a receber	12
12.2	Investimentos Financeiros	12
12.3	Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros.....	12
12.4	Outras ativos correntes.....	13
12.5	Diferimentos	13
12.6	Caixa e Depósitos Bancários.....	13
12.7	Fundos Patrimoniais	13
12.8	Fornecedores.....	14
12.9	Estado e Outros Entes Públicos	14
12.10	Outros passivos correntes.....	14
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração	14
12.12	Fornecimentos e serviços externos.....	15
12.13	Aumentos / reduções justo valor	15
12.14	Outros rendimentos	15
12.15	Outros gastos	15
12.16	Resultados Financeiros.....	16
12.17	Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	16
12.18	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

1 Identificação da Entidade

A SOCIALIS – Associação de Solidariedade Social é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 244, III Série, de 20 de Outubro de 2001, com sede na Travessa Dr. Carlos Felgueiras, 31 r/c direito no Concelho da Maia. Tem por objetivos promover e orientar os jovens e familiares na sua integração e valorização pessoal e social. Para realização dos seus objetivos, a instituição propõe-se criar e manter as seguintes atividades:

- Centros de Atendimento a Jovens e Famílias;
- Ocupação dos tempos livres para crianças e jovens;
- Todas as que se mostrem pertinentes e necessárias para o desenvolvimento harmonioso e saudável de crianças e jovens.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas em estimativas e erros.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2020	Adições	Abate	Transferência	31-12-2021
Equipamento Básico	122.313,89	615,68			122.929,57
Equipamento de Transporte	40.506,01	27.089,15	18.006,01		49.589,15
Equipamento Administrativo	41.897,23	906,48			42.803,71
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.015,37				2.015,37
Ativo Tangível Bruto	206.732,50	28.611,31	18.006,01	0,00	217.337,80
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	109.710,35	2.787,34			112.497,69
Equipamento de Transporte	40.506,01	4.063,37	18.006,01		26.563,37
Equipamento Administrativo	41.659,90	208,22			41.868,12
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.015,37				2.015,37
Depreciações Acumuladas	193.891,63	7.058,93	18.006,01	0,00	182.944,55
Ativo Tangível Líquido	12.840,87	21.552,38	0,00	0,00	34.393,25

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2020	Adições	Abate	Transferência	31-12-2021
Programas de Computador	11.348,49				11.348,49
Ativo Intangível Bruto	11.348,49	0,00	0,00	0,00	11.348,49
Amortizações Acumuladas					
Programas de Computador	11.348,49				11.348,49
Amortizações Acumuladas	11.348,49	0,00	0,00	0,00	11.348,49
Ativo Tangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Custos de empréstimos obtidos

A rubrica de financiamentos apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Margem	0,00	0,00	0,00	24.839,43	0,00	24.839,43
Montepio - Leasing	0,00	8.758,72	8.758,72	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	8.758,72	8.758,72	24.839,43	0,00	24.839,43

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

- Existência final

RÚBRICAS	2021	2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	764,22	253,31
Total	764,22	253,31

- Inventários gastos do período

MOVIMENTOS	2021	2020
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	253,31	221,70
Compras	301,57	1.152,98
Doações	29.607,34	21.698,64
Saldo Final	764,22	253,31
Gastos do Período	29.398,00	22.820,01

8 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Prestação de Serviços		
Mensalidades utentes	22.358,25	26.457,23
Quotas e jóias	520,00	1.530,00
Outras prestações serviços	0,00	0,00
	22.878,25	27.987,23
Rendimentos Suplementares	2.263,95	2.081,47
Total	25.142,20	30.068,70

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

DESCRIÇÃO	2021				2020		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (Dotação)	Não Reembolsável			191.309,04			191.212,09
CM Maia	Não Reembolsável	11.521,39		18.091,03			22.509,83
FAMI	Não Reembolsável			49.334,86			25.298,99
IEFP	Não Reembolsável			16.489,60			7.572,75
Total		11.521,39	0,00	275.224,53	0,00	0,00	246.593,66

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2021 e 2020, foram de “11”.

A Entidade teve ao serviço no ano 2021 os seguintes voluntários:

Voluntários	Funções / Atividades	Horas / Ano
1	Auxiliar motorista / tarefaira	420
2	Motorista	532
51	Apoio ao estudo / atividades lúdico-pedagógicas	989
	Total horas / ano	1 941

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2021 foi de “20” e em 2020 de “17”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao pessoal	220.882,10	194.886,47
Indemnizações	0,00	600,00
Encargos sobre as Remunerações	47.600,15	41.675,80
Seguros de Acidentes	2.681,69	2.502,34
Formação Profissional	0,00	33,34
Medicina e Segurança do Trabalho	671,00	759,82
Vestuário e calçado	0,00	652,00
IEFP - MAREES	14.075,41	10.372,36
Total	285.910,35	251.482,13

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Utentes	0,00	105,70
Total	0,00	105,70

12.2 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2020
Outros Investimentos Financeiros		
FCT – Fundo Compensação Trabalho	4.129,48	3.140,88
Total	4.129,48	3.140,88

12.3 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Associados - Quotas	5.536,00	5.706,00
Total	5.536,00	5.706,00

12.4 Outras ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Município Maia	0,00	0,00
FAMI	192.029,61	95.288,19
POISE	0,00	46.340,40
IEFP - GIP Migrante	5.160,23	0,00
Outros Devedores	826,53	194,97
CM Maia - Mediadores Municipais	1.161,63	2.544,27
Adiantamento Fornecedores	0,00	500,00
Total	199.178,00	144.867,83

12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Renda	0,00	0,00
Seguros	966,57	747,00
Outros gastos a reconhecer	447,89	60,68
Total	1.414,46	807,68
Rendimentos a Reconhecer		
FAMI	230.214,91	162.037,18
Total	230.214,91	162.037,18

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	140,91	1.102,16
Depósitos à ordem	32.155,36	91.319,46
Total	32.296,27	92.421,62

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	19.382,13	0,00	0,00	19.382,13
Resultados transitados	-47.266,10	0,00	30.503,53	-77.769,63
Outras variações nos fundos patrimoniais	26.395,45	379,99	4.982,16	21.793,28
Total	-1.488,52	379,99	-35.485,69	-36.594,22

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	810,51	4.109,38
Total	810,51	4.109,38

12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
IVA - restituição	168,51	27,04
Total	168,51	27,04
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.423,00	1.947,00
Segurança Social	5.459,30	14.600,68
Fundos de Compensação Trabalho	153,33	73,93
Total	7.035,63	16.621,61

12.10 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal		810,81		10.386,78
Credores por acréscimo de gastos Estimativas		39.413,51		34.513,67
Rendas / 2020 e 2021		40.199,05		11.823,25
FAMI – a devolver		0,00		3.742,04
Outros credores		16.871,73		19.461,54
Total	0,00	97.295,10	0,00	79.927,28

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	281.453,57	246.593,66
Subsídios de outras entidades	999,98	0,00
Doações e heranças – Donativos (dinheiro e géneros)	39.533,93	29.259,98
Total	321.987,48	275.853,64

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	873,64	1.267,94
Serviços especializados	10.538,52	11.979,28
Materiais	3.222,78	3.167,72
Energia e fluidos	9.542,31	7.670,60
Deslocações, estadas e transportes	261,70	212,45
Serviços diversos	34.682,79	34.137,53
Encargos com utentes	645,84	422,78
Total	59.767,58	58.858,30

12.13 Aumentos / reduções justo valor

A Entidade reconheceu em 2021 e 2020 os ganhos de “justo valor” nos seguintes instrumento financeiro:

Descrição	2021	2020
FCT – Fundo de Compensação	22,28	0,00
Total	22,28	0,00

12.14 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	2.263,95	2.081,47
Rendimentos investimentos não financeiros	5.000,00	0,00
Imputação subsídios para Investimento	4.982,16	2.927,86
Injunções tribunal	900,00	834,07
Correções exercícios anteriores	0,00	8.684,51
Outros donativos em espécie para oferta cabazes	102.928,56	73.605,85
Total	116.074,67	88.133,76

12.15 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	0,00	60,00
Dívidas incobráveis	105,70	6.583,00
Correções exercícios anteriores	4.507,90	814,56
Quotizações	198,00	198,00
Outros Gastos	528,75	500,30
Oferta cabazes famílias	102.928,56	73.605,85
Total	108.268,91	81.761,71

12.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	7,66	0,05
Juros Leasing	191,71	0,00
Total	199,37	0,05
Resultados Financeiros	-199,37	-0,05

12.17 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2021, foi o seguinte:

CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres: 38

CAV – Centro de Apoio à Vida:

- Acolhimento: 10

- Atendimento/Acompanhamento: 12

CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração do Migrante: 309

Apoio alimentar: 50 famílias (127 beneficiários)

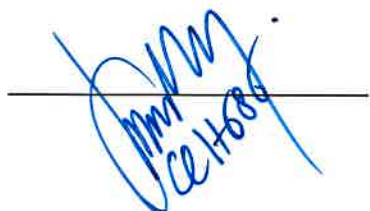
12.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Maia, 31 de Dezembro de 2021

O Contabilista Certificado



A Direção
